

O montante, o destino e a relevância dos gastos social e financeiro na Bahia, Ceará e Pernambuco no período de 2015-2021

The amount, destination and relevance of social and financial spending in Bahia, Ceará and Pernambuco in the period 2015-2021

Beatriz Vieira Brito¹

Bruna Passos de Brito²

Resumo: O artigo teve como objetivo analisar o montante, o destino e a relevância dos gastos social e financeiro nos Estados da Bahia, Pernambuco e Ceará no período de 2015-2021. Para tanto realizou pesquisa documental sobre a execução orçamentária da despesa, junto aos sítios eletrônicos dos governos estaduais. Os valores nominais disponíveis da execução orçamentária foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), tendo como ano-base 2022.

Palavras-chave: Fundo Público; Gasto Social; Gasto Financeiro.

Abstract: The article aimed to analyze the amount, destination and relevance of social and financial expenditures in the States of Bahia, Pernambuco and Ceará in the period 2015-2021. To this end, it carried out documentary research on the budgetary execution of the expenditure, along with the electronic sites of the state governments. The available nominal values of the budget execution were deflated by the General Price-Internal Availability Index (IGP-DI) of the Getúlio Vargas Foundation (FGV), with the base year 2022.

Keywords: Public fund; Social spending; Financial expense.

Introdução

Uma das despesas que mais comprometem as contas públicas brasileiras são os gastos financeiros referentes ao pagamento do serviço da dívida pública interna e externa. Nesse sentido, o dilema do orçamento público no Brasil não se encontra na dicotomia despesas de capital versus despesas correntes, ambas fundamentais e necessárias para o desenvolvimento econômico e social do país, mas, sim, na contradição entre as despesas não financeira e financeira.

¹ Aluna de graduação do curso de Ciências Econômicas na UFDPAr, beatrizvbrito@hotmail.com

² Aluna de graduação do curso de Ciências Econômicas e bolsista PIBIC na UFDPAr, brunabrito.bp@gmail.com

Na última década, cada vez mais os gastos sociais, maior parte das despesas não financeiras, perderam prioridade para outras áreas orçamentárias na agenda dos governos, principalmente, para o gasto financeiro, independentemente da matriz partidária presente.

Nesse cenário de redução gradativa das despesas não financeiras e incremento das financeiras na periferia do capitalismo brasileiro, mais especificamente, nos Estados mais dinâmicos economicamente do Nordeste do Brasil, qual foi o comportamento dos gastos social e financeiro nos estados da Bahia (BA), Ceará (CE) e Pernambuco (PE) no período de 2015-2021? Para respondê-la analisou o montante, o destino e a relevância dos gastos social e financeiro na Bahia (BA), Ceará (CE) e Pernambuco (PE) no período de 2015-2021.

A pesquisa analisou a despesa orçamentária empenhada pelos Estados, a partir de três variáveis: a) o montante do gasto orçamentário total, da despesa não financeira (DNF) e da despesa financeira (DF); b) o montante e o destino dos gastos social e financeiro, a partir da evolução da participação de cada função/subfunção orçamentária no total dos gastos social e financeiro; e c) a relevância dos gastos social e financeiro na agenda governamental, a partir de suas relações com a população, PIB estadual e despesa orçamentária total.

As informações orçamentárias coletadas e analisadas no período foram retiradas dos Balanços Gerais dos Estados contidas nos sítios eletrônicos das secretarias de fazenda e planejamento dos respectivos Estados. Os valores nominais disponíveis da execução orçamentária foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), tendo como ano-base 2022. Por questões metodológicas, o valor referente ao refinanciamento da dívida pública interna e externa não foi contabilizado na despesa financeira, haja vista não gerar desembolso efetivo aos Estados, pelo contrário, é um artifício contábil para registrar no orçamento geral a promessa de futuros pagamentos.

A apresentação desse artigo é parte dos resultados de uma pesquisa mais ampla em andamento sobre a disputa entre o capital e o trabalho pelos recursos do fundo público no nordeste do Brasil realizada pelo Observatório do Fundo Público.

Além da introdução e das considerações finais, o artigo foi dividido em duas seções: a primeira faz uma discussão teórica sobre Estado e fundo público: a disputa pelo gasto público no Brasil; a segunda, analisa o comportamento das variáveis de montante, destino e relevância dos gastos social e financeiro nos Estados da BA, CE e PE para evidenciar os interesses priorizados pelos governos estaduais.

2 Estado e fundo público: a disputa pelo gasto público no Brasil

No modo de produção capitalista, o Estado constitui-se em um aparelho repressivo, segundo os clássicos do marxismo, mas também, um aparelho ideológico, segundo Althusser (1999) e Poulantzas (1977). É o local de contradições e tem por função ser o fator de coesão da unidade de uma formação social. Usa a força repressiva, da justiça e da polícia constituída, e ideológica, do convencimento, para a manutenção do poder político vigente.

Para Engels (1985, p. 191)

é antes o produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que a sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da 'ordem'. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado.

Para seu ordenamento, o Estado tem que regular um equilíbrio instável em uma sociedade de classes e interesses distintos, “em que alguns possuem muito e outros muito pouco. Alguns ordenam e comandam, apropriam-se dos frutos do trabalho alheio e outros obedecem, executam ordens, ‘entregam’ os frutos do seu próprio trabalho” (ALENCAR JÚNIOR, 2021, p. 30).

A regulação desse equilíbrio instável só é possível devido às funções econômica, política e ideológica exercidas pelo Estado, isto é, na organização do processo de trabalho e na produtividade do trabalho; na manutenção da ordem política no conflito político de classe; e no papel da educação, respectivamente. Apesar da totalidade das funções executadas pelo Estado, papel global do Estado é político. Portanto, a função do Estado na sociedade capitalista é política (POULANTZAS, 1977).

Assim, o Estado capitalista visa “garantir a unidade de uma formação social com dominância política de uma classe ou fração de classe, utilizando a ideologia jurídico-política para escamotear os interesses econômicos da classe dominante e transformá-los em interesses gerais do povo ou da nação” (ALENCAR JÚNIOR, 2021, p. 30).

Ao atender prioritariamente os interesses políticos de classes e frações de classes dominantes, o Estado capitalista passa a se submeter aos desígnios de um bloco no poder³ hegemônico pela burguesia ou uma de suas frações que ocupa posição hegemônica naquele momento histórico. Atualmente, a fração burguesia financeira é hegemônica no bloco do poder mundial e nacional, representando, assim, o interesse geral comum das classes e frações do bloco no poder, que se constitui na exploração econômica e na dominância política (POULANTZAS 1977).

No entanto, para a manutenção da unidade e da dominância da burguesia financeira, o Estado capitalista precisa regular o equilíbrio instável. Nesse sentido, precisa fazer concessões econômicas

³ “constitui uma unidade contraditória de classes e frações politicamente dominantes sob a égide da fração hegemônica” (POULANTZAS, 1977, p. 233)

a classe trabalhadora opostas aos interesses da burguesia financeira no curto prazo, sem que estas coloquem em risco o poder político da classe dominante e que evidencie um aparente equilíbrio entre as classes.

É nessa perspectiva que surgem as políticas sociais, a ampliação dos gastos públicos e o protagonismo cada vez maior do fundo público, em meio à crise estrutural do capitalismo no final dos anos 1920, para a manutenção da unidade da formação social capitalista e para dominância política da burguesia industrial, no período de 1930-1960, e da burguesia financeira a partir dos anos 1980.

A ampliação dos gastos públicos e das fontes de recursos tributários expressa a importância que o fundo público passou a ter, a partir de então, na distribuição da parte expressiva dos recursos que são apropriados pelo Estado e, a partir da extração da mais-valia, na forma de tributos, retirados das classes e frações de classes.

Dessa forma o fundo público se constitui de uma

punção compulsória – na forma de impostos, contribuições e taxas – da mais-valia socialmente produzida, ou seja, é parte do trabalho excedente que metamorfoseou em lucro, juro ou renda da terra e que é apropriado pelo Estado para o desempenho de múltiplas funções. O fundo público atua na reprodução do capital, retornando, portanto, para seus segmentos especialmente nos momentos de crise; e na reprodução da força de trabalho, a exemplo da implementação das políticas sociais (BEHRING, 2010, p. 20).

Além de ser parte do trabalho excedente apropriado pelo Estado para desempenhar suas funções, o fundo público consiste, também, em trabalho necessário, na medida em que os trabalhadores pagam tributos diretos, sobre a renda e o patrimônio, e indiretos, sobre o consumo e a produção de mercadorias (ALENCAR JÚNIOR, 2021).

Por isso, Behring (2010) afirma que o fundo público é o resultado da exploração do trabalhador na produção, mas também, é o resultado da exploração tributária cada vez maior em tempos de crise, principalmente, nos países em que as lutas de classes não forjaram sistemas tributários progressivos. Assim, ele participa diretamente no processo de reprodução capitalista como um todo e constitui causa contrariante à queda tendencial da taxa de lucro.

Faz isso na medida em que os recursos públicos são carregados para aumentar a rotatividade do capital, através de compras públicas, investimentos em infraestrutura, subsídios, renúncias tributárias ao capital, redução do custo da força de trabalho com o aumento dos gastos sociais e ampliação dos gastos financeiros com o serviço da dívida pública, e por consequência, aumentar o lucro capitalista para contrarrestar a queda tendencial da taxa de lucros.

Dessa forma, em tempos de crise, cada vez mais é exigido do fundo público a promoção do socorro às instituições financeiras, através da compra de títulos depreciados, emissão de vultosas somas de dinheiro e liberação de bilhões em créditos para as maiores corporações capitalistas.

Foi assim na crise imobiliária de 2007, em que os governos de diversos países promoveram o salvamento bancário via estatização da dívida privada dessas instituições e ampliação das suas dívidas públicas. “Nos EUA a auditoria realizada pelo Departamento de Contabilidade Governamental revelou a transferência de 16 trilhões de dólares, em segredo, pelo Sistema da Reserva Federal (FED) a bancos e corporações”, entre 2007 e 2010 (FATTORELLI, 2013a, p. 21).

No Brasil, não foi diferente, os governos Lula/Dilma transferiram massivos recursos públicos para o capital portador de juros via o serviço da dívida pública, além do que promoveu vultosas renúncias tributárias, principalmente, sobre a folha de pagamento das empresas para combater a crise internacional de 2008. Este gasto tributário específico alcançou R\$ 24 bilhões em 2014, representando mais da metade das desonerações alocadas na função trabalho e 9,64% dos gastos tributários previstos no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2014 (ALENCAR JÚNIOR; SALVADOR, 2015, p. 246).

Portanto, o fundo público passou a desenvolver papel determinante no atual processo de produção e reprodução capitalista, transferindo cada vez mais recursos extraídos da sociedade, via sistema tributário, para o capital financeiro ou capital portador de juros (CHESNAIS, 2005). Isso implica em milhões/bilhões de recursos orçamentários destinados ao financiamento das políticas sociais brasileiras desviados de suas funções, principalmente, para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública, sob a alegação de cumprimento da meta de superávit fiscal e, por consequência, de manutenção do equilíbrio macroeconômico brasileiro.

Sua expressão mais objetiva é o orçamento público. Este é muito mais que uma peça técnica, é um instrumento de disputa política, em que a correlação de forças entre as classes e as frações de classes determinarão “à distribuição do ônus tributário e às prioridades conferidas aos gastos públicos” (OLIVEIRA, 2009, p. 91). Ainda segundo o autor, o orçamento é uma peça por meio da qual a sociedade decide, através dos seus representantes políticos, o destino dos gastos públicos e a origem dos recursos para financiá-los.

Dentro do orçamento é apresentada a receita, que segundo Giacomoni (2009), no seu sentido amplo expressa a entrada de recursos públicos, e a despesa pública que segundo Piscitelli e Timbó (2014, pág. 157), é “um dispêndio de recursos do patrimônio público, representado essencialmente por uma saída de recursos financeiros, imediata – com redução de disponibilidades – ou mediata – com reconhecimento dessa obrigação”.

A despesa, objeto desse artigo, pode ser classificada por categorias econômicas: despesa corrente, que se destina à produção de bens e serviços correntes; e despesa de capital, que contribui para a formação ou aquisição de bem de capital (GIACOMONI, 2009); por grupos de natureza da despesa: pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida, outras despesas correntes, investimentos, inversões financeiras, amortização da dívida (PISCITELLI e TIMBÓ, 2014); por funções e subfunções, isto é, por áreas do gasto, e por serem não financeiras ou financeiras.

Dentre as diversas formas de classificar e analisar a despesa, o artigo priorizou os gastos não financeiros e financeiros. No primeiro tem destaque a categoria gasto social, aqui representada por um conjunto de gastos públicos contidos na Ordem Social presente na Constituição de 1988 e no orçamento público através das despesas empenhadas nas funções: assistência social, previdência social, saúde, educação, cultura, direitos da cidadania, gestão ambiental, ciência e tecnologia, comunicações, e desporto e lazer; no segundo é o gasto financeiro representado orçamentariamente pelas subfunções serviço da dívida interna e externa presentes na função encargos especiais.

3 O montante, o destino e a relevância do gasto social e financeiro no BA, CE e PE

O objetivo dessa seção é mostrar o volume de recursos, a direção e a relevância dos gastos social e financeiro executados pelos governos estaduais da BA, CE e PE no período de 2015-2021. Todos os três Estados estão localizados no nordeste do Brasil. Portanto diante às diferenças na configuração territorial, econômica e política dos Estados da região, qual foi o montante dos gastos social e financeiro executados pelos governos estaduais da BA, CE e PE, no período 2015-2021?

3.1 O montante e a composição do gasto público nos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco

Os estados da Bahia, Ceará e Pernambuco estão localizados no Nordeste do Brasil, sendo a BA o estado com maior área territorial da região, correspondente a 36% do território nordestino. Enquanto, o CE e o PE estão em quarto e quinto lugar, respectivamente, com 9,5% e 6,3% da área territorial da região (ALENCAR JÚNIOR, 2021).

São os Estados com maior população e representavam juntos 58,8% da população nordestina em 2010. Possuíam os três maiores PIB, o equivalente a 63,3% do produto interno bruto da região. Tinham o maior número de pessoas ocupadas, 59,6% de todas as pessoas ocupadas na região. Suas populações ocupadas atingiram rendimentos médios mensais de R\$ 1.208,00 na Bahia, R\$ 1.125,00 em Pernambuco e R\$ 991,00 no Ceará. Eram os Estados com maior capacidade de arrecadação tributária e de menor dependência das transferências de recursos federais da região (ALENCAR JÚNIOR, 2021).

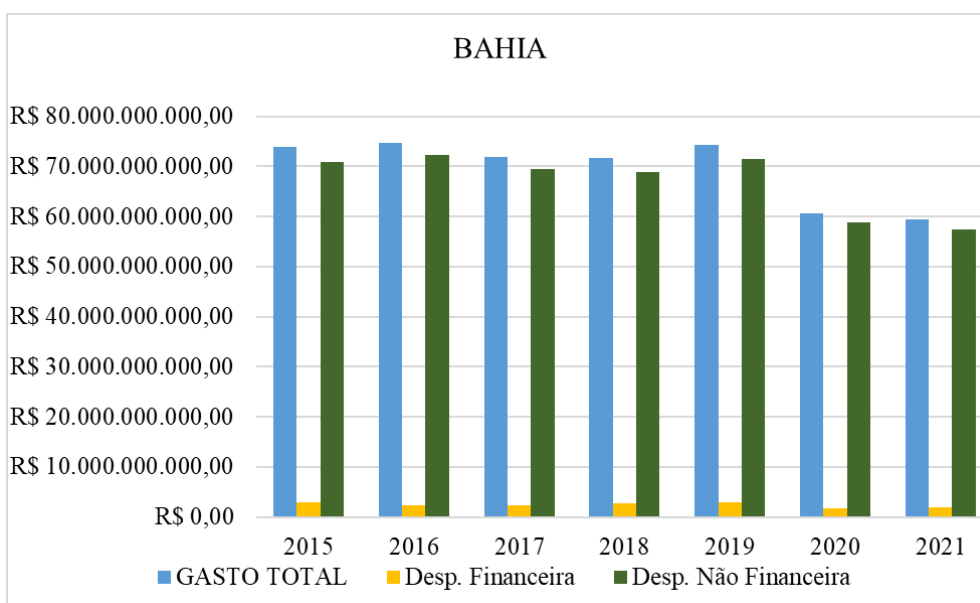
Nessa perspectiva, se constituem como os Estados mais dinâmicos economicamente e com maior capacidade de gasto público da região Nordeste. Assim, qual foi o comportamento do montante do gasto orçamentário e das despesas não financeiras e financeiras dos três Estados nordestinos?

O montante do gasto total do Estado da Bahia foi de R\$ 73,80 bilhões em 2015; R\$ 74,69 bilhões em 2016; R\$ 71,88 bilhões em 2017; R\$ 71,59 bilhões em 2018; R\$ 74,35 bilhões em 2019; R\$ 60,59 bilhões em 2020 e de R\$ 59,38 bilhões em 2021, um decréscimo real de 19,54% no gasto

público baiano no período de 2015-2021, conforme o gráfico 1. Redução essa provocada pelos crescimentos negativos de 2,99% no período de 2015-2018 e, principalmente, 20,13% no triênio 2019-2021.

Do gasto total da Bahia, R\$ 70,83 bilhões (95,97%) foram despesas não financeiras (DNF) e R\$ 2,97 bilhões (4,03%) foram despesas financeiras (DF) em 2015; R\$ 72,34 bilhões (96,85%) foram DNF e R\$ 2,34 bilhões (3,15%) foram DF em 2016; R\$ 69,56 bilhões (96,77%) foram DNF e R\$ 2,31 bilhões (3,23%) foram DF em 2017; R\$ 68,88 bilhões (96,22%) foram DNF e R\$ 2,71 bilhões (3,78%) foram DF em 2018; R\$ 71,51 bilhões (96,17%) foram DNF e R\$ 2,84 bilhões (3,83%) foram DF em 2019; R\$ 58,77 bilhões (96,99%) foram DNF e R\$ 1,81 bilhão (3,01%) foram DF em 2020; e R\$ 57,39 bilhões (96,64%) foram DNF e R\$ 1,99 bilhão (3,36%) foram DF em 2021, conforme o gráfico 1.

Gráfico 1: Montante do gasto total e das despesas não financeira e financeira no estado da Bahia no período de 2015-2021 (R\$ 1,00)



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados de Bahia (2023).

A composição do gasto orçamentário total demonstrou reduções de 18,97% no volume real de recursos empenhados para a DNF e de 33,04% para a DF no período de 2015 a 2021. Sendo que, as duas despesas recuaram de forma mais acelerada (acima de 19%) no triênio 2019-2021.

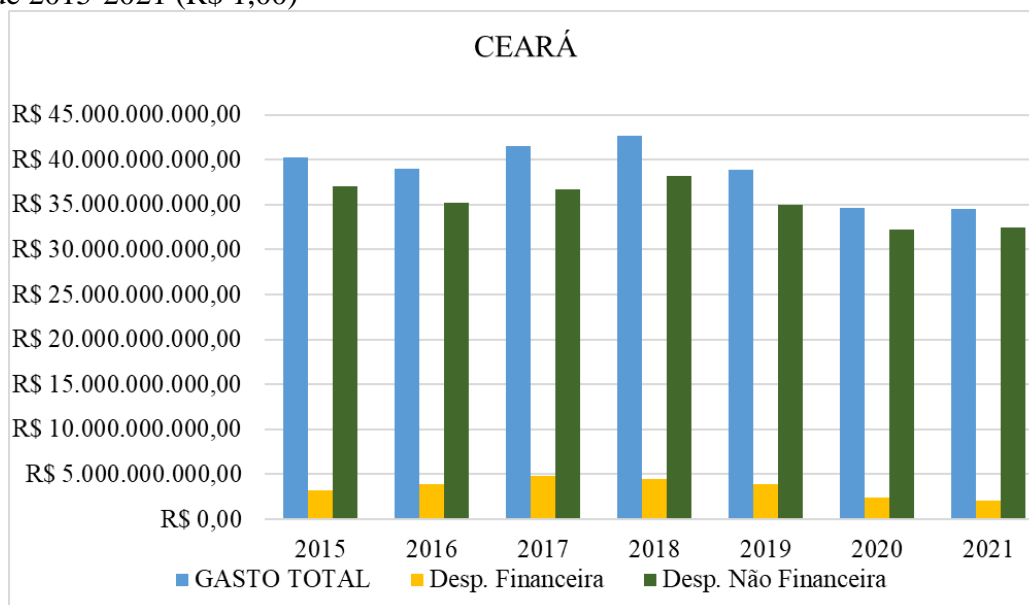
No que diz respeito a participação das despesas não financeira e financeira no gasto orçamentário baiano, a primeira permaneceu, praticamente, estagnada com uma variação positiva de 0,70% e a segunda decresceu 16,79% no período de 2015 a 2021. Sendo que, a participação da DNF cresceu 0,25% e a da DF decresceu 5,97% no quadriênio 2015-2018, enquanto, no triênio seguinte, a mesma tendência anterior se confirma, uma leve variação positiva de 0,49% na participação da DNF

e uma maior variação negativa de 12,31% na participação da DF na composição do gasto estadual baiano.

Na Bahia, o gasto público estadual teve uma forte retração gerada por reduções tanto no volume das despesas não financeira e financeira, com destaque para esta última. No entanto, vale destacar que no período de maior redução das DF, a taxa de juro geral da economia (Taxa Selic do Banco Central) saiu de 6,5% em dezembro de 2018 para 2% em janeiro de 2021. O movimento do Banco Central, em reduzir drasticamente os juros, foi determinante para incrementar a queda das despesas com o serviço da dívida muito mais que uma decisão política do governo estadual.

O gasto orçamentário total do Estado do Ceará foi de R\$ 40,25 bilhões em 2015; R\$ 39,02 bilhões em 2016; R\$ 41,53 bilhões em 2017; R\$ 42,64 bilhões em 2018; R\$ 38,87 bilhões em 2019; R\$ 34,67 bilhões em 2020 e R\$ de 34,48 bilhões em 2021, um decréscimo real de 14,34% no gasto público cearense no período de 2015-2021. Sendo que, cresceu 5,94% no período de 2015-2018 e decresceu 11,30% no período de 2019-2021, conforme o gráfico 2.

Gráfico 2: Montante do gasto total e das despesas não financeira e financeira no Estado do Ceará no período de 2015-2021 (R\$ 1,00)



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do Ceará (2023).

Do gasto total do Ceará, R\$ 37,06 bilhões (92,07%) foram DNF e R\$ 3,18 bilhões (7,93%) foram DF em 2015; R\$ 35,16 bilhões (90,10%) foram DNF e R\$ 3,86 bilhões (9,90%) foram DF em 2016; R\$ 36,74 bilhões (88,47%) foram DNF e R\$ 4,78 bilhões (11,53%) foram DF em 2017; R\$ 38,18 bilhões (89,53%) foram DNF e R\$ 4,46 bilhões (10,47%) foram DF em 2018; R\$ 34,97 bilhões (89,98%) foram DNF e R\$ 3,89 bilhões (10,02%) foram DF em 2019; R\$ 32,24 bilhões (92,98%) foram DNF e R\$ 2,43 bilhões (7,02%) foram DF em 2020 e R\$ 32,46 bilhões (94,14%) foram DNF e R\$ 2,01 bilhões (5,86%) foram DF em 2021.

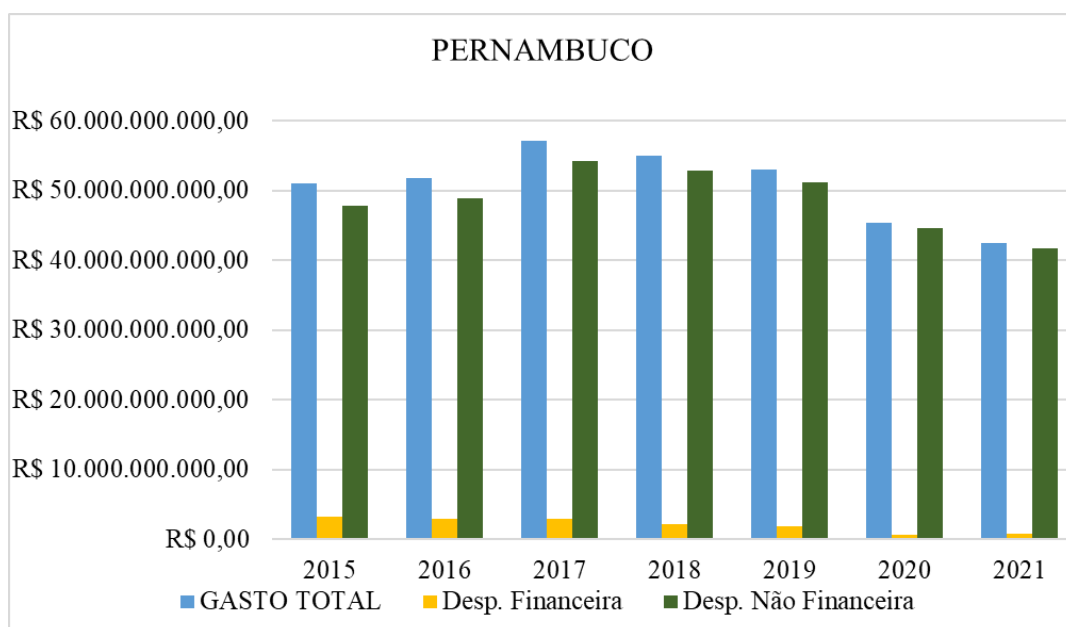
A composição do gasto orçamentário total demonstrou reduções de 12,42% no volume real de recursos empenhados para a DNF e de 36,74% para a DF no período de 2015 a 2021. Sendo que, os maiores decréscimos para as duas despesas aconteceram no triênio 2019-2021.

No que diz respeito a participação das despesas não financeira e financeira no gasto orçamentário cearense, a primeira cresceu 2,25% e a segunda decresceu 26,15% no período de 2015 a 2021. Sendo que, a participação da DNF foi reduzida em 2,76% e a da DF elevada em 32% no quadriênio 2015-2018, enquanto, o inverso aconteceu no triênio seguinte, a participação da DNF aumentou 4,63% e a da DF caiu 41,58%.

Portanto, no estado do Ceará, o gasto orçamentário total foi reduzido puxado pelas reduções nas despesas não financeira e financeira, com destaque para forte queda da DF no triênio 2019-2021. Vale lembrar que a velocidade da redução da despesa financeira cearense, como a baiana, está relacionada com a política de redução da taxa de juros empreendida pelo Banco Central e com “chantagem” que o governo federal fez aos estaduais, de condicionar a renegociação das dívidas estaduais a aprovação da Emenda Constitucional 95 nos Estados, o que teve impacto direto na redução do pagamento do serviço da dívida pública dos Estados, isto é, redução na despesa financeira estadual cearense.

O gasto orçamentário total do estado de Pernambuco foi de R\$ 50,94 bilhões em 2015; R\$ 51,74 bilhões em 2016; R\$ 57,12 bilhões em 2017; R\$ 55,00 bilhões em 2018; R\$ de 53,00 bilhões em 2019; R\$ de 45,29 bilhões em 2020 e de R\$ de 42,38 bilhões em 2021, uma redução no crescimento real de 16,79% no gasto público pernambucano no período de 2015-2021, conforme o gráfico 3. Resultado obtido devido ao crescimento de 7,98% no período de 2015-2018 e a redução de 20,03% no triênio 2019-2021.

Gráfico 3: Montante do gasto total e da despesa não financeira e despesa financeira no Estado de Pernambuco no período de 2015-2021. (R\$ 1,00)



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados de Pernambuco (2023).

Da totalidade do gasto orçamentário estadual, R\$ 47,79 bilhões (93,82%) foram DNF e R\$ 3,14 bilhões (6,18%) foram DF em 2015; R\$ 48,79 bilhões (94,30%) foram DNF e R\$ 2,94 bilhões (5,70%) foram DF em 2016; R\$ 54,25 bilhões (94,96%) foram DNF e R\$ 2,87 bilhões (5,04%) foram DF em 2017; R\$ 52,88 bilhões (96,13%) foram DNF e R\$ 2,12 bilhões (3,87%) foram DF em 2018; R\$ 51,15 bilhões (96,51%) foram DNF e R\$ 1,84 bilhão (3,49%) foram DF em 2019; R\$ 44,63 bilhões (98,54%) foram DNF e R\$ 658,16 milhões (1,46%) foram DF em 2020 e R\$ 41,65 bilhões (98,27%) foram DNF e R\$ 729,50 milhões (1,73%) foram DF em 2021.

A composição do gasto orçamentário total demonstrou reduções de 12,84% no volume real de recursos empenhados para a DNF e de 76,80% para a DF no período de 2015 a 2021. Sendo que, os maiores decréscimos para as duas despesas aconteceram no triênio 2019-2021.

No que diz respeito a participação das despesas não financeira e financeira no gasto orçamentário pernambucano, a primeira cresceu 4,75% e a segunda decresceu 72,12% no período de 2015 a 2021. Sendo que, a participação da DNF foi elevada em 2,46% e a da DF reduzida em 37,44% no quadriênio 2015-2018, enquanto, no triênio seguinte, a participação da DNF cresceu 1,83% e a da DF caiu 50,69%.

Portanto, o gasto orçamentário pernambucano foi reduzido, puxado pelos declínios nas despesas não financeira e financeira, com destaque para a elevada queda da DF no triênio 2019-2021. Como na Bahia e no Ceará, a drástica redução da despesa financeira pernambucana a partir de 2019 está relacionada com redução dos juros pelo governo federal e com a renegociação das dívidas estaduais a partir da aprovação da Emenda Constitucional 95 nos Estados, o que impactou diretamente na redução do pagamento dos juros e amortizações da dívida pública dos Estados, fazendo recuar a despesa financeira estadual empenhada.

Assim, o montante do gasto orçamentário dos três Estados foi reduzido em mais de 14%, com destaque para o governo estadual da BA, que teve seus gastos reduzidos em mais de 19% no período de 2015 a 2021. Essa redução foi provocada por declínios nas despesas não financeira e financeira dos três Estados, com destaque para as maiores reduções da DF terem acontecido no CE e PE no período de 2019 a 2021.

3.2 O destino dos gastos social e financeiro nos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco

Nessa subseção o objetivo é evidenciar quais funções/subfunções orçamentárias, isto é, áreas do gasto social e financeiro receberam os maiores fluxos de recursos para executarem suas despesas e quais foram as mais representativas no orçamento dos Estados da BA, CE e PE no período de 2015-2021.

Tendo em vista a redução do montante do gasto público nos Estados no período 2015-2021, qual foi o comportamento do montante dos gastos social e financeiro? E quais áreas dos gastos social e financeiro receberam o maior fluxo de recursos para executarem suas despesas?

O montante do gasto social na Bahia passou de R\$ 34,99 bilhões em 2015 para R\$ 34,97 bilhões em 2016, R\$ 37,07 bilhões em 2017, R\$ 36,46 bilhões em 2018, R\$ 34,19 bilhões em 2019, R\$ 29,41 bilhões em 2020 e R\$ 28,56 bilhões em 2021, um decréscimo real de 18,37%.

Ao observar o comportamento da taxa de crescimento ano a ano observou-se que o montante do gasto social foi levemente reduzido em 0,08% no biênio 2015-2016; cresceu 6,03% no biênio seguinte 2016-2017; para depois ser reduzido sucessivamente em 1,66%, 6,22%, 13,98% e 2,88% nos quatro biênios seguintes.

O fluxo de recursos empenhados pelo governo estadual com a função Saúde foi de R\$ 11,31 bilhões em 2015, R\$ 11,50 bilhões em 2016, R\$ 12,23 bilhões em 2017, R\$ 12,03 bilhões em 2018, R\$ 11,34 bilhões em 2019, R\$ 10,33 bilhões em 2020 e R\$ 9,75 bilhões em 2021, um decréscimo de 13,83% no período analisado. Enquanto sua participação no gasto social foi de 32,34% em 2015 e 34,14% em 2021, um aumento de 5,56%, no mesmo período, conforme a tabela 1.

Tabela 1: Participação (%) do gasto por função/subfunção no gasto social e no gasto financeiro no Estado da Bahia no período de 2015-2021.

BAHIA	AV(%) 2015	AV(%) 2016	AV(%) 2017	AV(%) 2018	AV(%) 2019	AV(%) 2020	AV(%) 2021	AH(%)
GASTOS SOCIAIS	100	100	100	100	100	100	100	--
Assistência Social	1,81	1,57	1,42	1,20	1,28	1,13	1,02	-43,68
Previdência Social	30,29	31,00	31,87	33,59	35,48	36,52	33,93	12,03
Saúde	32,34	32,91	33,00	33,01	33,17	35,12	34,14	5,56
Educação	29,02	27,99	27,11	26,07	24,19	21,45	24,71	-14,85
Cultura	1,26	1,06	0,86	0,82	0,73	1,05	0,62	-51,13
Direitos da Cidadania	2,12	2,35	2,39	2,39	2,47	2,28	2,31	8,70
Gestão Ambiental	1,04	0,91	0,97	0,95	0,70	0,62	0,61	-41,45

Ciência e Tecnologia	0,54	0,48	0,52	0,43	0,36	0,36	0,32	-40,48
Comunicações	0,66	0,75	0,87	0,56	0,56	0,58	0,67	1,96
Desporto e Lazer	0,91	0,97	1,00	0,98	1,06	0,89	1,67	83,32
GASTOS FINANCEIROS	100	100	100	100	100	100	100	--
Serviço da Dívida Interna	69,82	63,21	60,77	56,83	53,65	28,81	49,69	-28,83
Serviço da Dívida Externa	30,18	36,79	39,23	43,17	46,35	71,19	50,31	66,71

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados de Bahia (2023)

*AV significa avaliação vertical que expõe a participação de cada função no gasto social por ano.

**AH significa avaliação horizontal que indica a taxa de crescimento da participação de cada função no gasto social do período analisado.

Na função Previdência Social os recursos públicos empenhados foram na ordem de R\$ 10,59 bilhões em 2015, R\$ 10,84 bilhões em 2016, R\$ 11,81 bilhões em 2017, R\$ 12,24 bilhões em 2018, R\$ 12,13 bilhões em 2019, R\$ 10,74 bilhões em 2020 e R\$ 9,69 bilhões em 2021, um decréscimo de 8,55% no período analisado. Enquanto sua participação no gasto social foi de 30,29% em 2015 e 33,93% em 2021, um aumento de 12,03%, no mesmo período.

Na função Educação os recursos públicos empenhados foram na ordem de R\$ 10,15 bilhões em 2015, R\$ 9,78 bilhões em 2016, R\$ 10,05 bilhões em 2017, R\$ 9,50 bilhões em 2018, R\$ 8,27 bilhões em 2019, R\$ 6,30 bilhões em 2020 e R\$ 7,06 bilhões em 2021, um decréscimo de 30,49% no período analisado. Enquanto sua participação no gasto social foi de 29,02% em 2015 e 24,71% em 2021, uma redução de 14,85%, no mesmo período.

Na função Direito da Cidadania os recursos públicos empenhados foram na ordem de R\$ 742,98 milhões em 2015, R\$ 823,05 milhões em 2016, R\$ 885,75 milhões em 2017, R\$ 872,82 milhões em 2018, R\$ 845,63 milhões em 2019, R\$ 671,79 milhões em 2020 e R\$ 659,29 milhões em 2021, um decréscimo de 11,26% no período analisado. Enquanto sua participação no gasto social foi de 2,12% em 2015 e 2,31% em 2021, um aumento de 8,70%, no mesmo período.

Na função Assistência Social os recursos públicos empenhados foram na ordem de R\$ 634,51 milhões em 2015, R\$ 550,64 milhões em 2016, R\$ 525,58 milhões em 2017, R\$ 436,48 milhões em 2018, R\$ 437,30 milhões em 2019, R\$ 331,39 milhões em 2020 e R\$ 291,69 milhões em 2021, com um decréscimo de 54,03% no período analisado. Enquanto sua participação no gasto social foi de 1,81% em 2015 e 1,02% em 2021, uma redução de 43,68%, no mesmo período.

Na função Cultura os recursos públicos empenhados foram na ordem de R\$ 440,62 milhões em 2015, R\$ 371,42 milhões em 2016, R\$ 317,16 milhões em 2017, R\$ 297,31 milhões em 2018, R\$ 250,01 milhões em 2019, R\$ 309,57 milhões em 2020 e R\$ 175,79 milhões em 2021, com um decréscimo de 60,10% no período analisado. Enquanto sua participação no gasto social foi de 1,26% em 2015 e 0,62% em 2021, uma redução de 51,13%, no mesmo período.

Na função Gestão Ambiental os recursos públicos empenhados foram na ordem de R\$ 365,38 milhões em 2015, R\$ 319,62 milhões em 2016, R\$ 358,73 milhões em 2017, R\$ 345,27 milhões em

2018, R\$ 239,68 milhões em 2019, R\$ 182,12 milhões em 2020 e R\$ 174,62 milhões em 2021, com um decréscimo de 52,21% no período analisado. Enquanto sua participação no gasto social foi de 1,04% em 2015 e 0,61% em 2021, uma redução de 41,45%, no mesmo período.

Na função Desporto e Lazer os recursos públicos empenhados foram na ordem de R\$ 319,03 milhões em 2015, R\$ 338,03 milhões em 2016, R\$ 371,15 milhões em 2017, R\$ 359,12 milhões em 2018, R\$ 360,81 milhões em 2019, R\$ 260,96 milhões em 2020 e R\$ 477,41 milhões em 2021, com um crescimento de 49,65% no período analisado. Enquanto sua participação no gasto social foi de 0,91% em 2015 e 1,67% em 2021, um aumento de 83,32%, no mesmo período.

Na função Comunicação os recursos públicos empenhados foram na ordem de R\$ 231,16 milhões em 2015, R\$ 262,10 milhões em 2016, R\$ 323,61 milhões em 2017, R\$ 205,71 milhões em 2018, R\$ 190,57 milhões em 2019, R\$ 171,94 milhões em 2020 e R\$ 192,39 milhões em 2021, com um decréscimo de 16,67% no período analisado. Enquanto sua participação no gasto social foi de 0,66% em 2015 e 0,67% em 2021, um aumento de 1,96%, no mesmo período.

Na função Ciência e Tecnologia os recursos públicos empenhados foram na ordem de R\$ 188,58 milhões em 2015, R\$ 169,29 milhões em 2016, R\$ 191,95 milhões em 2017, R\$ 155,32 milhões em 2018, R\$ 122,09 milhões em 2019, R\$ 105,65 milhões em 2020 e R\$ 91,63 milhões em 2021, com um decréscimo de 51,41% no período analisado. Enquanto sua participação no gasto social foi de 0,54% em 2015 e 0,32% em 2021, uma redução de 40,48%, no mesmo período.

Já o montante do gasto financeiro passou de R\$ 2,97 bilhões em 2015 para R\$ 2,34 bilhões em 2016, R\$ 2,31 bilhões em 2017, R\$ 2,71 bilhões em 2018, R\$ 2,84 bilhões em 2019, R\$ 1,81 bilhão em 2020 e R\$ 1,99 bilhão em 2021, um decréscimo real de 33,04%.

Ao observar o comportamento da taxa de crescimento ano a ano, o montante do gasto financeiro foi reduzido em 20,99% no biênio 2015-2016, para depois desacelerar a queda para 1,39% no biênio 2016-2017; cresceu 17,07% e 4,81% nos biênios 2017-2018 e 2018-2019; recuou 35,99% em 2019-2020 e voltou a crescer 9,42% no biênio 2020-2021.

O gasto financeiro é o somatório das despesas com o serviço da dívida pública interna e externa baiana. Nesse sentido, o governo estadual da Bahia empenhou recursos na subfunção orçamentária Serviço da Dívida Interna na ordem de R\$ 2,07 bilhões em 2015, R\$ 1,48 bilhão em 2016, R\$ 1,40 bilhão em 2017, R\$ 1,54 bilhão em 2018, R\$ 1,52 bilhão em 2019, R\$ 524,21 milhões em 2020, R\$ 989,28 milhões em 2021, um decréscimo de 52,35% no período analisado. Enquanto sua participação no gasto financeiro foi de 69,82% em 2015 para 49,69% em 2021, uma redução de 28,83% no mesmo período.

Já na subfunção Serviço da Dívida Externa foram empenhadas despesas na ordem de R\$ 897,40 milhões em 2015, R\$ 864,35 milhões em 2016, R\$ 908,97 milhões em 2017, R\$ 1,17 bilhão em 2018, R\$ 1,31 bilhão em 2019, R\$ 1,29 bilhão em 2020, R\$ 1,00 bilhão em 2021, um crescimento

de 11,62% no período analisado. Enquanto sua participação no gasto financeiro foi de 30,18% em 2015 para 50,31% em 2021, um aumento de 66,71% no mesmo período.

Portanto, diante das reduções do montante dos gastos social e financeiro, as áreas sociais mais priorizadas foram Desporto e Lazer, Previdência Social, Direitos da Cidadania. As de prioridade intermediária foram Saúde e Comunicações. Todas as demais tiveram menor prioridade na alocação de recursos, tendo elas reduzidas suas participações no total do gasto social baiano. Em relação a área financeira, a despesa com o serviço da dívida pública externa foi priorizada pelo governo estadual.

No Ceará, o montante do gasto social passou de R\$ 17,62 bilhões em 2015 para R\$ 17,99 bilhões em 2016, R\$ 19,16 bilhões em 2017, R\$ 19,77 bilhões em 2018, R\$ 19,07 bilhões em 2019, R\$ 16,10 bilhões em 2020 e R\$ 15,84 bilhões em 2021, um decréscimo real de 10,13%.

Quando analisado a taxa de crescimento ano a ano, o montante do gasto social teve um crescimento de 2,07% no biênio 2015-2016; cresceu 6,50% no biênio seguinte 2016-2017 e ainda 3,17% no biênio seguinte; para depois ser reduzido sucessivamente em 3,53%, 15,58% e 1,62% nos três biênios seguintes.

O fluxo de recursos empenhados pelo governo estadual com a função Saúde foi de R\$ 5,41 bilhões em 2015, R\$ 5,45 bilhões em 2016, R\$ 5,72 bilhões em 2017, R\$ 5,85 bilhões em 2018, R\$ 5,61 bilhões em 2019, R\$ 5,72 bilhões em 2020 e R\$ 5,45 bilhões em 2021, um crescimento de 0,73% no período analisado. Enquanto sua participação no gasto social foi de 30,72% em 2015 e 34,43% em 2021, um aumento de 12,08%, no mesmo período, conforme a tabela 2.

Tabela 2: Participação (%) do gasto por função/subfunção no gasto social e no gasto financeiro no Estado do Ceará no período de 2015-2021

CEARÁ	AV(%) 2015	AV(%) 2016	AV(%) 2017	AV(%) 2018	AV(%) 2019	AV(%) 2020	AV(%) 2021	AH(%)
GASTOS SOCIAIS	100	100	100	100	100	100	100	--
Assistência Social	2,13	1,92	2,17	2,42	2,50	2,51	3,50	64,62
Previdência Social	28,73	28,11	28,51	27,91	28,27	28,51	25,36	-11,74
Saúde	30,72	30,32	29,85	29,62	29,46	35,53	34,43	12,08
Educação	29,55	29,97	29,48	29,38	28,74	26,03	29,43	-0,42
Cultura	0,69	0,75	0,83	0,89	0,86	1,39	1,47	114,67
Direitos da Cidadania	5,10	5,48	5,95	6,49	7,24	2,08	2,04	-60,03
Gestão Ambiental	1,60	2,23	1,70	1,65	1,33	2,56	1,93	20,73
Ciência e Tecnologia	0,47	0,51	1,02	0,74	0,69	0,57	0,64	35,84
Comunicações	0,20	0,26	0,26	0,35	0,52	0,64	0,89	345,00
Desporto e Lazer	0,83	0,45	0,23	0,55	0,38	0,17	0,32	-61,29
GASTOS FINANCEIROS	100	100	100	100	100	100	100	--
Serviço da Dívida Interna	62,74	66,94	72,59	68,95	57,58	49,37	60,58	-3,44
Serviço da Dívida Externa	37,26	33,06	27,41	31,05	42,42	50,63	39,42	5,80

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados de Ceará (2023)

*AV significa avaliação vertical que expõe a participação de cada função no gasto social por ano.

**AH significa avaliação horizontal que indica a taxa de crescimento da participação de cada função no gasto social do período analisado.

Na função Previdência Social os recursos públicos empenhados foram na ordem de R\$ 5,06 bilhões em 2015, R\$ 5,05 bilhões em 2016, R\$ 5,46 bilhões em 2017, R\$ 5,51 bilhões em 2018, R\$ 5,39 bilhões em 2019, R\$ 4,59 bilhões em 2020 e R\$ 4,01 bilhões em 2021, um decréscimo de 20,68% no período analisado. Enquanto sua participação no gasto social foi de 28,73% em 2015 e 25,36% em 2021, uma redução de 11,74%, no mesmo período.

Na função Educação os recursos públicos empenhados foram na ordem de R\$ 5,20 bilhões em 2015, R\$ 5,39 bilhões em 2016, R\$ 5,65 bilhões em 2017, R\$ 5,80 bilhões em 2018, R\$ 5,48 bilhões em 2019, R\$ 4,19 bilhões em 2020 e R\$ 4,66 bilhões em 2021, um decréscimo de 10,51% no período analisado. Enquanto sua participação no gasto social foi de 29,55% em 2015 e 29,43% em 2021, uma redução de 0,42%, no mesmo período.

Na função Direito da Cidadania os recursos públicos empenhados foram na ordem de R\$ 899,52 milhões em 2015, R\$ 986,56 milhões em 2016, R\$ 1,40 bilhão em 2017, R\$ 1,28 bilhão em 2018, R\$ 1,38 bilhão em 2019, R\$ 334,25 milhões em 2020 e R\$ 323,11 milhões em 2021, um decréscimo de 64,08% no período analisado. Enquanto sua participação no gasto social foi de 5,10% em 2015 e 2,04% em 2021, uma redução de 60,03%, no mesmo período.

Na função Assistência Social os recursos públicos empenhados foram na ordem de R\$ 374,83 milhões em 2015, R\$ 345,54 milhões em 2016, R\$ 415,29 milhões em 2017, R\$ 477,91 milhões em 2018, R\$ 477,23 milhões em 2019, R\$ 403,90 milhões em 2020 e R\$ 554,54 milhões em 2021, um crescimento de 47,94% no período analisado. Enquanto sua participação no gasto social foi de 2,13% em 2015 e 3,50% em 2021, um aumento de 64,62%, no mesmo período.

Na função Cultura os recursos públicos empenhados foram na ordem de R\$ 120,92 milhões em 2015, R\$ 135,29 milhões em 2016, R\$ 159,80 milhões em 2017, R\$ 176,47 milhões em 2018, R\$ 163,49 milhões em 2019, R\$ 224,47 milhões em 2020 e R\$ 233,28 milhões em 2021, um crescimento de 92,92% no período analisado. Enquanto sua participação no gasto social foi de 0,69% em 2015 e 1,47% em 2021, um aumento de 114,67%, no mesmo período.

Na função Gestão Ambiental os recursos públicos empenhados foram na ordem de R\$ 281,20 milhões em 2015, R\$ 401,50 milhões em 2016, R\$ 325,18 milhões em 2017, R\$ 325,63 milhões em 2018, R\$ 254,42 milhões em 2019, R\$ 412,29 milhões em 2020 e R\$ 305,08 milhões em 2021, um crescimento de 8,49% no período analisado. Enquanto sua participação no gasto social foi de 1,60% em 2015 e 1,93% em 2021, um aumento de 20,73%, no mesmo período.

Na função Desporto e Lazer os recursos públicos empenhados foram na ordem de R\$ 145,46 milhões em 2015, R\$ 80,08 milhões em 2016, R\$ 44,44 milhões em 2017, R\$ 108,95 milhões em 2018, R\$ 73,14 milhões em 2019, R\$ 27,92 milhões em 2020 e R\$ 50,60 milhões em 2021, um decréscimo de 65,21% no período analisado. Enquanto sua participação no gasto social foi de 0,83% em 2015 e 0,32% em 2021, uma redução de 61,29%, no mesmo período.

Na função Comunicação os recursos públicos empenhados foram na ordem de R\$ 35,44 milhões em 2015, R\$ 47,07 milhões em 2016, R\$ 50,56 milhões em 2017, R\$ 68,48 milhões em 2018, R\$ 99,38 milhões em 2019, R\$ 103,77 milhões em 2020 e R\$ 141,76 milhões em 2021, um crescimento de 299,90% no período analisado. Enquanto sua participação no gasto social foi de 0,20% em 2015 e 0,89% em 2021, um aumento de 345,00%, no mesmo período.

Na função Ciência e Tecnologia os recursos públicos empenhados foram na ordem de R\$ 82,54 milhões em 2015, R\$ 91,28 milhões em 2016, R\$ 194,73 milhões em 2017, R\$ 147,18 milhões em 2018, R\$ 130,96 milhões em 2019, R\$ 91,26 milhões em 2020 e R\$ 100,76 milhões em 2021, um crescimento de 22,07% no período analisado. Enquanto sua participação no gasto social foi de 0,47% em 2015 e 0,64% em 2021, um aumento de 35,84%, no mesmo período.

Já o montante do gasto financeiro passou de R\$ 1,7 bilhão em 2015 para R\$ 2,21 bilhões em 2016, R\$ 2,72 bilhões em 2017, R\$ 2,72 bilhões em 2018, R\$ 2,55 bilhões em 2019, R\$ 1,96 bilhão em 2020 e R\$ 1,92 bilhão em 2021, um crescimento real de 12,80%.

Em relação ao crescimento ano a ano, o montante do gasto financeiro cresceu em 29,69% no biênio 2015-2016, para depois desacelerar o crescimento para 23,50% no biênio 2016-2017; então decresceu 0,20%, 6,03%, 23,14% e 2,30% nos biênios seguintes.

Do montante do gasto financeiro, o governo estadual do Ceará empenhou recursos na subfunção orçamentária Serviço da Dívida Interna na ordem de R\$ 1,06 bilhão em 2015, R\$ 1,47 bilhão em 2016, R\$ 1,98 bilhão em 2017, R\$ 1,87 bilhão em 2018 R\$ 1,47 bilhão em 2019, R\$ 971,48 milhões em 2020, R\$ 1,16 bilhão em 2021, um crescimento de 8,92% no período analisado. Enquanto, em termos de participação no gasto financeiro, o serviço da dívida interna passou de 62,74% em 2015 para 60,58% em 2021, uma redução de 3,44% no mesmo período.

Já na subfunção Serviço da Dívida Externa foram empenhadas despesas na ordem de R\$ 634,94 milhões em 2015, R\$ 730,63 milhões em 2016, R\$ 748,27 milhões em 2017, R\$ 845,92 milhões em 2018, R\$ 1,08 bilhão em 2019, R\$ 996,271 milhões em 2020 e 757,74 milhões em 2021, um crescimento de 19,34% no período analisado. Enquanto sua participação no gasto financeiro variou de 37,26% em 2015 para 39,42% em 2021, um aumento de 5,80% no mesmo período.

Portanto, diante da redução do montante do gasto social e do incremento do gasto financeiro cearense, as áreas sociais mais priorizadas foram Comunicações, Cultura, Assistência Social. As de prioridade intermediária Ciência e Tecnologia, Gestão Ambiental e Saúde. Todas as demais tiveram reduções nas suas participações no total do gasto social, demonstrando menor prioridade na alocação de recursos. Em relação ao gasto financeiro, a despesa com o serviço da dívida externa foi priorizada pelo governo estadual.

O gasto social em Pernambuco passou de R\$ 26,49 bilhões em 2015 para R\$ 25,51 bilhões em 2016, R\$ 28,33 bilhões em 2017, R\$ 27,38 bilhões em 2018, R\$ 27,20 bilhões em 2019, R\$ 23,81 bilhões em 2020 e R\$ 23,28 bilhões em 2021, um decréscimo real de 12,13%.

Ao observar o comportamento da taxa de crescimento anual observou-se que o montante do gasto social foi reduzido em 3,71% no biênio 2015-2016; cresceu 11,06% no biênio 2016-2017; para depois ser reduzido sucessivamente em 3,36%, 0,66%, 12,45% e 2,23% nos quatro biênios seguintes

O fluxo de recursos empenhados pelo governo estadual com a função Saúde foi de R\$ 9,55 bilhões em 2015, R\$ 9,13 bilhões em 2016, R\$ 9,85 bilhões em 2017, R\$ 9,42 bilhões em 2018, R\$ 9,29 bilhões em 2019, R\$ 9,23 bilhões em 2020 e R\$ 8,88 bilhões em 2021, um decréscimo de 6,98% no período analisado. Enquanto sua participação no gasto social foi de 36,05% em 2015 e 38,16% em 2021, um aumento de 5,86%, no mesmo período, conforme a tabela 3.

Na função Previdência Social os recursos públicos empenhados foram na ordem de R\$ 8,07 bilhões em 2015, R\$ 8,02 bilhões em 2016, R\$ 9,54 bilhões em 2017, R\$ 9,51 bilhões em 2018, R\$ 9,63 bilhões em 2019, R\$ 8,23 bilhões em 2020 e R\$ 7,18 bilhões em 2021, um decréscimo de 11,03% no período analisado. Enquanto sua participação no gasto social foi de 30,48% em 2015 e 30,86% em 2021, um aumento de 1,25%, no mesmo período.

Na função Previdência Social os recursos públicos empenhados foram na ordem de R\$ 8,07 bilhões em 2015, R\$ 8,02 bilhões em 2016, R\$ 9,54 bilhões em 2017, R\$ 9,51 bilhões em 2018, R\$ 9,63 bilhões em 2019, R\$ 8,23 bilhões em 2020 e R\$ 7,18 bilhões em 2021, um decréscimo de 11,03% no período analisado. Enquanto sua participação no gasto social foi de 30,48% em 2015 e 30,86% em 2021, um aumento de 1,25%, no mesmo período.

Tabela 3: Participação (%) do Gasto por Função no gasto social e no gasto financeiro do Estado de Pernambuco no período de 2015-2021

PERNAMBUCO	AV(%) 2015	AV(%) 2016	AV(%) 2017	AV(%) 2018	AV(%) 2019	AV(%) 2020	AV(%) 2021	AH(%)
GASTOS SOCIAIS	100	100	100	100	100	100	100	--
Assistência Social	0,40	0,43	0,32	0,24	0,20	1,11	0,95	139,08
Previdência Social	30,48	31,46	33,68	34,75	35,41	34,58	30,86	1,25
Saúde	36,05	35,80	34,79	34,42	34,17	38,80	38,16	5,86
Educação	22,97	21,40	20,48	19,91	19,59	16,36	21,18	-7,79
Cultura	0,65	0,58	0,62	0,61	0,47	0,60	0,50	-23,48
Direitos da Cidadania	7,48	7,69	7,34	7,49	7,73	7,06	6,89	-7,95
Gestão Ambiental	1,26	1,93	2,03	1,95	1,86	0,98	0,92	-26,56
Ciência e Tecnologia	0,58	0,64	0,66	0,49	0,47	0,41	0,47	-18,84
Comunicações	0,02	0,02	0,02	0,04	0,03	0,02	0,02	20,91
Desporto e Lazer	0,11	0,05	0,07	0,09	0,08	0,09	0,05	-57,29
GASTOS FINANCEIROS	100	100	100	100	100	100	100	--
Serviço da Dívida Interna	100	100	100	100	100	100	100	--
Serviço da Dívida Externa	0	0	0	0	0	0	0	--

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados de Pernambuco (2023)

*AV significa avaliação vertical que expõe a participação de cada função no gasto social por ano.

**AH significa avaliação horizontal que indica a taxa de crescimento da participação de cada função no gasto social do período analisado.

Na função Educação os recursos públicos empenhados foram na ordem de R\$ 6,08 bilhões em 2015, R\$ 5,45 bilhões em 2016, R\$ 5,80 bilhões em 2017, R\$ 5,45 bilhões em 2018, R\$ 5,32 bilhões em 2019, R\$ 3,89 bilhões em 2020 e R\$ 4,93 bilhões em 2021, um decréscimo de 18,98% no período analisado. Enquanto sua participação no gasto social foi de 22,97% em 2015 e 21,18% em 2021, uma redução de 7,79%, no mesmo período.

Na função Direito da Cidadania os recursos públicos empenhados foram na ordem de R\$ 1,98 bilhão em 2015, R\$ 1,96 bilhão em 2016, R\$ 2,07 bilhões em 2017, R\$ 2,05 bilhões em 2018, R\$ 2,10 bilhões em 2019, R\$ 1,68 bilhão em 2020 e R\$ 1,60 bilhão em 2021, um decréscimo de 19,12% no período analisado. Enquanto sua participação no gasto social foi de 7,48% em 2015 e 6,89% em 2021, uma redução de 7,95%, no mesmo período.

Na função Assistência Social os recursos públicos empenhados foram na ordem de R\$ 104,84 milhões em 2015, R\$ 109,85 milhões em 2016, R\$ 91,14 milhões em 2017, R\$ 67,02 milhões em 2018, R\$ 54,25 milhões em 2019, R\$ 263,93 milhões em 2020 e R\$ 220,24 milhões em 2021, um crescimento de 110,08% no período analisado. Enquanto sua participação no gasto social foi de 0,40% em 2015 e 0,95% em 2021, um aumento de 139,08%, no mesmo período.

Na função Cultura os recursos públicos empenhados foram na ordem de R\$ 172,34 milhões em 2015, R\$ 146,92 milhões em 2016, R\$ 175,35 milhões em 2017, R\$ 166,81 milhões em 2018, R\$ 127,74 milhões em 2019, R\$ 142,08 milhões em 2020 e R\$ 115,88 milhões em 2021, um decréscimo de 32,76% no período analisado. Enquanto sua participação no gasto social foi de 0,65% em 2015 e 0,50% em 2021, uma redução de 23,48%, no mesmo período.

Na função Gestão Ambiental os recursos públicos empenhados foram na ordem de R\$ 333,01 milhões em 2015, R\$ 492,92 milhões em 2016, R\$ 573,77 milhões em 2017, R\$ 533,16 milhões em 2018, R\$ 506,34 milhões em 2019, R\$ 233,13 milhões em 2020 e R\$ 214,90 milhões em 2021, um decréscimo de 35,47% no período analisado. Enquanto sua participação no gasto social foi de 1,26% em 2015 e 0,92% em 2021, uma redução de 26,56%, no mesmo período.

Na função Desporto e Lazer os recursos públicos empenhados foram na ordem de R\$ 30,39 milhões em 2015, R\$ 13,50 milhões em 2016, R\$ 18,84 milhões em 2017, R\$ 25,63 milhões em 2018, R\$ 20,62 milhões em 2019, R\$ 20,99 milhões em 2020 e R\$ 11,40 milhões em 2021, um decréscimo de 62,47% no período analisado. Enquanto sua participação no gasto social foi de 0,11% em 2015 e 0,05% em 2021, uma redução 57,29%, no mesmo período.

Na função Comunicação os recursos públicos empenhados foram na ordem de R\$ 4,96 milhões em 2015, R\$ 4,82 milhões em 2016, R\$ 5,02 milhões em 2017, R\$ 11,81 milhões em 2018,

R\$ 8,40 milhões em 2019, R\$ 5,25 milhões em 2020 e R\$ 5,27 milhões em 2021, um crescimento de 6,24% no período analisado. Enquanto sua participação no gasto social foi de 0,02% em 2015 e 0,02% em 2021, um aumento de 20,91%, no mesmo período.

Na função Ciências e Tecnologia os recursos públicos empenhados foram na ordem de R\$ 154,41 milhões em 2015, R\$ 163,75 milhões em 2016, R\$ 187,42 milhões em 2017, R\$ 133,55 milhões em 2018, R\$ 126,51 milhões em 2019, R\$ 97,17 milhões em 2020 e R\$ 110,11 milhões em 2021, um decréscimo de 28,69% no período analisado. Enquanto sua participação no gasto social foi de 0,58% em 2015 e 0,47% em 2021, uma redução de 18,84%, no mesmo período.

Já o gasto financeiro passou de R\$ 1,68 bilhão em 2015 para R\$ 1,68 bilhão em 2016, R\$ 1,63 bilhão em 2017, R\$ 1,29 bilhão em 2018, R\$ 1,21 bilhão em 2019, R\$ 532,56 milhões em 2020 e R\$ 695,03 milhões em 2021, um decréscimo real de 58,64%.

Em relação ao crescimento ano a ano, o montante do gasto financeiro cresceu em 0,43% no biênio 2015-2016, para depois ser reduzido em 2,89% no biênio 2016-2017; e ter uma crescente redução de 20,85%, 6,24% e 56,21% nos biênios 2017-2018, 2018-2019 e 2019-2020 e voltou a crescer 30,51% no biênio 2020-2021.

Do total do gasto financeiro, o governo estadual de Pernambuco empenhou recursos na subfunção orçamentária Serviço da Dívida Interna na ordem de R\$ 1,68 bilhão em 2015, R\$ 1,68 bilhão em 2016, R\$ 1,63 bilhão em 2017, R\$ 1,29 bilhão em 2018, R\$ 1,21 bilhão em 2019, R\$ 532,56 milhões em 2020, R\$ 695,03 milhões em 2021, um decréscimo de 58,64% no período analisado. Enquanto sua participação no gasto financeiro foi 100% para todo o período, pois não houve gasto na subfunção Serviço da Dívida Externa.

Portanto, mesmo com a redução do montante dos gastos social e financeiro pernambucano, as áreas sociais mais priorizadas foram Assistência Social, Comunicações, Saúde. Em seguida a área da Previdência Social, como um leve aumento na participação no gasto social. Todas as demais tiveram reduções significativas nas suas participações no gasto social. Em relação ao gasto financeiro, a despesa com o serviço da dívida interna foi priorizada pelo governo estadual.

3.3 A relevância dos gastos social e financeiro nos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco

O objetivo dessa subseção é verificar o quão relevante serão os gastos sociais e financeiros em relação ao total do gasto orçamentário estadual, ao PIB e à população para o Estado da Bahia, Ceará e Pernambuco no período de 2015-2021.

Tabela 4: Relevância dos gastos social e financeiro no Estado da Bahia no período 2015-2021

BAHIA	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	AH%
--------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	------------

Gasto Total per capita (R\$)	4.854,54	4.889,28	4.684,53	4.833,61	4.999,61	4.058,62	3.963,13	-18,36
Gasto Social per capita (RS)	2.301,92	2.289,25	2.416,45	2.461,66	2.299,23	1.970,13	1.906,50	-17,18
Gasto Financeiro per capita (R\$)	195,58	153,79	150,99	183,10	191,13	121,86	132,86	-32,07
Gasto Total / PIB (%)	16,09	16,53	15,84	15,27	16,67	16,06	16,26	1,06
Gasto Social / PIB (%)	7,46	7,28	7,59	8,06	8,33	8,12	7,52	0,77
Gasto Financeiro / PIB (%)	0,65	0,52	0,51	0,58	0,64	0,48	0,55	-15,91
Gasto Social / Gasto Total (%)	47,42	46,82	51,58	50,93	45,99	48,54	48,11	1,45
Gasto Financeiro / Gasto Total (%)	4,03	3,15	3,22	3,79	3,82	3,00	3,35	-16,79

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Bahia (2023)

*AH significa avaliação horizontal que indica a taxa de crescimento de cada indicador no período analisado.

O Gasto Total por habitante do Estado da Bahia (gasto per capita) foi de R\$ 4.854,54 em 2015; R\$ 4.889,28 em 2016; R\$ 4.684,53 em 2017; R\$ 4.833,61 em 2018; R\$ 4.999,61 em 2019; R\$ 4.058,62 em 2020 e R\$ 3.963,13 em 2021, apresentando queda real de 18,36% no período 2015-2021, de acordo com a tabela 4.

Enquanto, o Gasto Social per capita foi de R\$ 2.301,92 em 2015; R\$ 2.289,25 em 2016; R\$ 2.416,45 em 2017; R\$ 2.461,66 em 2018; R\$ 2.299,23 em 2019; R\$ 1.970,13 em 2020 e R\$ 1.906,50 em 2021, apresentando, também, um recuo real de 17,18% no período analisado.

Já o Gasto Financeiro per capita foi de R\$ 195,58 em 2015; R\$ 153,79 em 2016; R\$ 150,99 em 2017; R\$ 183,10 em 2018; R\$ 191,13 em 2019; R\$ 121,80 em 2020 e R\$ 132,80 em 2021, apresentando um decréscimo real de 32,07% no período analisado.

Portanto, a queda do gasto orçamentário per capita baiano foi influenciado pelos recuos dos gastos social e financeiro per capita, sendo este último o que obteve a maior redução no período.

No que diz respeito ao indicador Gasto Total/PIB, a participação do gasto público na produção da riqueza estadual, foi de 16,09% 2015; 16,53% em 2016; 15,84% em 2017; 15,27% em 2018; 16,67% em 2019; 16,06% em 2020 e 16,26% em 2021, registrando um crescimento de 1,06% no período 2015-2021.

Já o indicador do Gasto Social/PIB, a participação do gasto social na produção da riqueza estadual foi de 7,46% 2015; 7,28% em 2016; 7,59% em 2017; 8,06% em 2018; 8,33% em 2019; 8,12% em 2020 e 7,52% em 2021, acarretando um aumento de 0,77% no período.

Enquanto o indicador Gasto Financeiro/PIB, a participação do gasto financeiro na produção da riqueza estadual foi de 0,65% 2015; 0,52% em 2016; 0,51% em 2017; 0,52% em 2018; 0,64% em 2019; 0,48% em 2020 e 0,55% em 2021, indicando uma redução 15,91% no mesmo período.

Tanto a participação do gasto total como a do gasto social no PIB, praticamente, ficaram estagnadas, porém, houve recuo na do gasto financeiro, nesse período.

O Gasto Social/Gasto Total (participação do gasto social no gasto público estadual) foi de 47,42% em 2015; 46,82% em 2016; 51,58% em 2017; 50,93% em 2018; 45,99% em 2019; 48,54% em 2020 e 48,11% em 2021, apresentando um crescimento real de 1,45% no período de 2015-2021.

Enquanto, o Gasto Financeiro/Gasto Total (participação do gasto financeiro no gasto público estadual) foi de 4,03% em 2015; 3,15 % em 2016; de 3,22% em 2017; 3,79% em 2018; 3,82% em 2019; 3,00% em 2020 e 3,35% em 2021, apresentando um decréscimo real de 16,79% no mesmo período.

Assim, houve um leve aumento na participação do gasto social e uma maior redução na do gasto financeiro na totalidade do gasto público estadual baiano no período de 2015 a 2021.

O Gasto Total per capita cearense foi de R\$ 4.520,77 em 2015; R\$ 4.354,13 em 2016; R\$ 4.604,17 em 2017; R\$ 4.490,74 em 2018; R\$ 4.256,57 em 2019; R\$ 3.774,25 em 2020 e R\$ 3.731,42 em 2021, apresentando um decréscimo real de 18,36% no período 2015-2021. O que significa dizer que o governo estadual reduziu em mais de 1/6 o gasto orçamentário por cearense, de acordo com a tabela 5.

Enquanto o Gasto Social per capita foi de R\$ 1.979,87 em 2015; R\$ 2.007,52 em 2016; R\$ 2.124,64 em 2017; R\$ 2.082,14 em 2018; R\$ 2.088,79 em 2019; R\$ 1.752,83 em 2020 e R\$ 1.714,53 em 2021, apresentando um decréscimo real de 17,18% no período analisado. Da mesma forma, o gasto social cearense foi reduzido em mais de 1/6 no período de 2015 a 2021.

Tabela 5: Relevância dos gastos social e financeiro no Estado do Ceará no período 2015-2021

CEARÁ	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	AH%
Gasto Total per capita (R\$)	4.520,77	4.354,13	4.604,17	4.490,74	4.256,57	3.774,25	3.731,42	-18,36
Gasto Social per capita (R\$)	1.979,87	2.007,52	2.124,64	2.082,14	2.088,79	1.752,83	1.714,53	-17,18
Gasto Financeiro per capita (R\$)	191,38	246,57	302,61	286,88	280,33	214,18	208,03	-32,07
Gasto Total / PIB (%)	16,46	16,14	16,01	16,70	15,62	16,81	17,15	4,14
Gasto Social / PIB (%)	7,21	7,44	7,39	7,74	7,67	7,81	7,88	9,27
Gasto Financeiro / PIB (%)	0,70	0,91	1,05	1,07	1,03	0,95	0,96	37,15
Gasto Social / Gasto Total (%)	43,79	46,11	46,15	46,37	49,07	46,44	45,95	4,92
Gasto Financeiro / Gasto Total (%)	4,23	5,66	6,57	6,39	6,59	5,67	5,58	31,69

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Ceará (2023)

*AH significa avaliação horizontal que indica a taxa de crescimento de cada indicador no período analisado.

E o Gasto Financeiro per capita foi de R\$ 191,38 em 2015; R\$ 246,57 em 2016; R\$ 302,61 em 2017; R\$ 286,88 em 2018; R\$ 280,33 em 2019; R\$ 214,18 em 2020 e R\$ 208,03 em 2021, apresentando um decréscimo real de 32,07% no período analisado.

Portanto, a queda do gasto orçamentário per capita cearense foi influenciado pelos recuos dos gastos social e financeiro per capita, sendo este último o que obteve a maior redução no período.

No que diz respeito ao indicador Gasto Total/PIB, a participação do gasto público na produção da riqueza estadual, foi de 16,46% 2015; 16,14% em 2016; 16,01% em 2017; 16,70% em 2018; 15,62% em 2019; 16,81% em 2020 e 17,15% em 2021, registrando um crescimento de 4,14% no período 2015-2021.

Já a participação do Gasto Social/PIB, a participação do gasto social na produção da riqueza estadual foi de 7,21% 2015; 7,44% em 2016; 7,39% em 2017; 7,74% em 2018; 7,67% em 2019; 7,81% em 2020 e 7,88% em 2021, acarretando um aumento de 9,27% no período analisado.

Enquanto o indicador Gasto Financeiro/PIB foi de 0,70% 2015; 0,91% em 2016; 1,05% em 2017; 1,07% em 2018; 1,03% em 2019; 0,95% em 2020 e 0,96% em 2021, indicando um aumento 37,15% no período de 2015-2021.

Tanto a participação do gasto total, gasto social e gasto financeiro no PIB, apresentaram crescimento, porém, houve maior participação do gasto financeiro, nesse período.

O Gasto Social/Gasto Total (participação do gasto social no gasto público estadual) foi de 43,79% em 2015; 46,11% em 2016; 46,15% em 2017; 46,37% em 2018; 49,07% em 2019; 46,44% em 2020 e 45,95% em 2021, apresentando um crescimento real de 4,92% no período de 2015-2021.

Enquanto o Gasto Financeiro/Gasto Total (participação do gasto financeiro no gasto público estadual) foi de 4,23% em 2015; 5,66% em 2016; de 6,57% em 2017; 6,39% em 2018; 6,59% em 2019; 5,67% em 2020 e 5,58% em 2021, apresentando um crescimento real de sua participação em 31,69% no mesmo período.

Portanto, tanto o gasto social como o gasto financeiro aumentaram suas participações no gasto orçamentário estadual, sendo o incremento do segundo superior ao do primeiro em mais de seis vezes.

O Gasto Total per capita do Estado de Pernambuco foi de R\$ 5.451,11 em 2015; R\$ 5.498,81 em 2016; R\$ 6.030,25 em 2017; R\$ 6.060,92 em 2018; R\$ 5.545,32 em 2019; R\$ 4.710,05 em 2020 e R\$ 4.381,30 em 2021, apresentando um decréscimo real de 19,63% no período de 2015-2021 de acordo com a tabela 6.

Tabela 6: Relevância dos Gastos social e financeiro em Pernambuco no período 2015-2021

PERNAMBUCO	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	AH%
Gasto Total per capita (R\$)	5.451,11	5.498,81	6.030,25	6.060,92	5.546,32	4.710,05	4.381,30	-19,63
Gasto Social per capita (R\$)	2.835,19	2.711,06	2.990,86	3.016,93	2.846,09	2.476,26	2.406,37	-15,13
Gasto Financeiro per capita (R\$)	179,80	179,34	172,99	142,93	127,26	55,38	71,84	-60,05
Gasto Total / PIB (%)	17,34	17,70	17,93	18,02	17,61	18,96	17,30	-0,22
Gasto Social / PIB (%)	9,02	8,73	8,89	8,97	9,04	9,97	9,50	5,37
Gasto Financeiro / PIB (%)	0,57	0,58	0,51	0,43	0,40	0,22	0,28	-50,40
Gasto Social / Gasto Total (%)	52,01	49,30	49,60	49,78	51,32	52,57	54,92	5,60
Gasto Financeiro / Gasto Total (%)	3,30	3,26	2,87	2,36	2,29	1,18	1,64	-50,29

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Pernambuco (2023)

*AH significa avaliação horizontal que indica a taxa de crescimento de cada indicador no período analisado.

Enquanto, o Gasto Social per capita foi de R\$ 2.835,19 em 2015; R\$ 2.711,06 em 2016; R\$ 2.990,86 em 2017; R\$ 3.016,93 em 2018; R\$ 2.846,09 em 2019; R\$ 2.476,26 em 2020 e R\$ 2.406,37 em 2021, apresentando um decréscimo real de 15,13% no período analisado.

O Gasto Financeiro per capita foi de R\$ 179,80 em 2015; R\$ 179,84 em 2016; R\$ 172,99 em 2017; R\$ 142,93 em 2018; R\$ 127,26 em 2019; R\$ 55,38 em 2020 e R\$ 71,84 em 2021, apresentando um decréscimo real de 60,05% no período analisado.

Portanto, o governo estadual reduziu os gastos orçamentários por habitante em quase 1/5, os gastos sociais em mais de 1/7 e os financeiros, de menor volume, em mais da metade por pernambucano.

No que diz respeito ao indicador Gasto Total/PIB, a participação do gasto público na produção da riqueza estadual, foi de 17,34% em 2015; 17,70% em 2016; 17,93% em 2017; 18,02% em 2018; 17,61% em 2019; 18,96% em 2020 e 17,30% em 2021, registrando uma redução de 0,22% no período 2015-2021.

Já a participação do Gasto Social/PIB na produção da riqueza estadual foi de 9,02% em 2015; 8,73% em 2016; 8,89% em 2017; 8,97% em 2018; 9,04% em 2019; 9,97% em 2020 e 9,50% em 2021, acarretando um aumento de 5,37% no período.

Enquanto o indicador Gasto Financeiro/PIB foi de 0,57% em 2015; 0,58% em 2016; 0,51% em 2017; 0,43% em 2018; 0,40% em 2019; 0,22% em 2020 e 0,28% em 2021, indicando uma redução de 50,40% no mesmo período.

Apesar da redução do gasto orçamentário e do gasto financeiro no PIB estadual, o gasto social pernambucano cresceu no período.

O Gasto Social/Gasto Total (participação do gasto social no gasto público estadual) foi de 52,01% em 2015; 49,30% em 2016; 49,60% em 2017; 49,78% em 2018; 51,32% em 2019; 52,57% em 2020 e 54,92% em 2021, apresentando um crescimento real 5,60% no período de 2015-2021.

Enquanto o Gasto Financeiro/Gasto Total (participação do gasto financeiro no gasto público estadual) foi de 3,30% em 2015; 3,26% em 2016; de 2,87% em 2017; 2,36% em 2018; 2,29% em 2019; 1,18% em 2020 e 1,64% em 2021, apresentando um decréscimo de 50,29% no mesmo período.

Portanto, a participação do gasto social cresce e a do gasto financeiro recua pela metade na totalidade do gasto público pernambucano.

Considerações finais

O objetivo dessa pesquisa foi revelar o montante, o destino e a relevância dos gastos social e financeiro na execução orçamentária dos Estados da Bahia, Ceará e Pernambuco no período de 2015-2021.

Assim, o montante do gasto orçamentário dos três estados foi reduzido em mais de 14%, com destaque para o governo estadual da BA, que teve seus gastos reduzidos em mais de 19% no período de 2015 a 2021. Essa redução foi provocada por declínios nas despesas não financeira e financeira dos três Estados, com destaque para as maiores reduções da DF terem acontecido no CE e PE no período de 2019 a 2021.

Em relação ao destino do gasto social e financeiro, isto é, ao fluxo de recursos e a participação de cada função/subfunção nos gastos social e financeiro, o governo do estado da Bahia priorizou os gastos sociais nas áreas de Desporto e Lazer, Previdência Social, Direitos da Cidadania e o gasto financeiro com o Serviço da Dívida Interna; o governo estadual do Ceará priorizou os gastos sociais nas áreas de Comunicações, Cultura, Assistência Social e o gasto financeiro com o Serviço da Dívida Interna; e, por último, o governo do estado de Pernambuco priorizou os gastos sociais nas áreas de Assistência Social, Comunicações, Saúde e o gasto financeiro, com o Serviço da Dívida Interna.

No que diz respeito a relevância, o gasto financeiro foi mais relevante na BA, CE, porque todos os indicadores analisados demonstraram um crescimento da importância relativa do gasto financeiro em relação ao gasto social na composição dos gastos orçamentários dos Estados analisados, no entanto, em PE o gasto financeiro recua pela metade na totalidade do gasto público total.

Referências

ALENCAR JÚNIOR, O. G. **Estado e fundo público**: a disputa entre capital e trabalho no Nordeste do Brasil. Curitiba: CRV, 2021.

ALENCAR JÚNIOR, O. G.; SALVADOR, E. **Finanças, fundo público e financiamento da seguridade social no Brasil**. Revista Katálysis, Florianópolis, v.18, n.2, p.239-248, jul./dez. 2015.

ALTHUSSER, L. **Sobre a reprodução**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BEHRING, E. R. Crise do capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M.; MIOTO, R. C.T. (org). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

BAHIA. Secretaria da Fazenda. **Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado** – Exercício 2015 a 2021. Disponível em: <<https://www.sefaz.ba.gov.br/>>. Acesso em: 25 de fev. 2023.

BAHIA. Superintendência de estudos econômicos e sociais da Bahia. **PIB pela ótica da renda**. Disponível

em:<https://sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2096&Itemid=1139>
Acesso em 5 de mar. 2023.

CHESNAIS, F. **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências.** São Paulo: Boitempo, 2005.

CEARÁ. Secretaria da Fazenda. **Balanço Geral – Relatório Contábil – Exercício 2015 a 2021.** Disponível em:<<https://www.sefaz.ce.gov.br/download/bge/>>. Acesso em: 25 de fev. 2023.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada do Estado.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

EPLAG (CE). IPCE. **Estudo revela números do PIB do Ceará de 2018 com base nos dados consolidados divulgados pelo IBGE.** Site: IPECE, 13 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.ipece.ce.gov.br/2020/11/13/estudo-revela-numeros-do-pib-do-ceara-de-2018-com-base-nos-dados-consolidados-divulgados-pelo-ibge/#:~:text=13%20de%20novembro%20de%202020,16.398%2C00%20do%20ano%20anterior>>
Acesso em: 25 fev. 2023.

FATTORELLI, M. L. (org.). **Auditoria cidadã da dívida pública: experiências e métodos.** Brasília: Inove Editora, 2013a.

GIACOMONI, J. **Orçamento público.** 15.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IBGE. **Produto Interno Bruto - PIB.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>> .
Acesso em: 5 mar. 2023.

IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa nacional por amostra de domicílios: **síntese de indicadores 2013.** 2.ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

IBGE. **Estimativas de população.** Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2021/estimativa_dou_2021.pdf> .
Acesso em: 5 mar. 2023.

OLIVEIRA, F. A. **Economia e política das finanças públicas no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 2009.

PERNAMBUCO. Secretaria da Fazenda. **Balanço Geral – Volume I - 2015 a 2018.** Disponível em: <<https://www.sefaz.pe.gov.br/Transparencia/Financas/Paginas/Balancos.aspx>>. Acesso em: 25 de fev. 2023.

PISCITELI, R.; TIMBÓ, M. **Contabilidade pública.** 13.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais.** São Paulo: Martins Fontes, 1977.